



Foto do Arquivo Municipal de Paredes - Fontanário Lavadouro de Parteira de Baixo - Lordelo, Paredes

DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

6

Suplemento distribuído com a edição
da Revista Cultural Orpheu Paredes 2026





DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

6

Damos continuidade ao Dicionário das Figuras Históricas de Paredes, pelo sexto ano consecutivo, enaltecendo a vida e a obra de personalidades que se destacaram neste concelho. Para além do contributo do jornalista, escritor, professor e investigador, Manuel Abranches de Soveral (M.A.S),

conseguimos a colaboração para o Dicionário de novos amigos da Cultura, António Aresta (A.A), professor na Escola Secundária de Paredes e Luís Miguel de Araújo Leão (L.M.A.L.), investigador. Continuaremos este trabalho, estamos certos, com o vosso entusiasmo.



JOAQUIM PINTO LOPES
1945 – 2025

Joaquim Manuel Bismarck Pinto Lopes [1945-2025], filho de Joaquim Pinto Lopes e de Estela Bismarck Bento Soares, natural de Cête, concelho de Paredes, é uma figura incontornável no mundo do turismo português contemporâneo. Oriundo de uma família com grandes tradições nos transportes regionais de passageiros e de mercadorias, com tracção animal, desde o século XIX, Joaquim Pinto Lopes cedo descobriu que o país era pequeno para tamanha ambição para ver e descobrir, apreciar e conhecer. Como dizia Luís de Camões, *"O mundo todo abarco e nada aperto"*.

Ouçamos as suas palavras autobiográficas: *"Sou a quarta geração de transportadores. Nas minhas veias corre o sangue daqueles que começaram no século XIX, transportando pessoas e mercadorias, em diligências, fazendo as ligações aos comboios e ao mundo. Evoluíram quando o automóvel chegou e expandiram para o autocarro. Também eu evolui, e estávamos já perto da Revolução quando, em 1973, me lancei nesta longa aventura. Chamaram-me louco, e provavelmente tinham razão. Eram tempos difíceis, em que a geopolítica transformava fronteiras em barreiras quase intransponíveis. Impunha-se um espírito aventureiro, de mochilas e tendas, sacos-cama e farnéis, autocarros com bagagem no tejadilho e sem ar condicionado. Durante anos, dei a conhecer a Europa a todos os amigos que*

comigo quiseram partilhar essa loucura. A experiência continuou. Hoje a Pinto Lopes Viagens vai a todo o mundo, a todos os continentes".

Viajante infatigável, proporcionou através da empresa Pinto Lopes Viagens, fundada em 1973, a milhares de pessoas o conhecimento do mundo, conduzindo-os entusiasmadamente a cerca de 170 países. Criou o inovador conceito de viagens culturais com um autor, convocando o saber de jornalistas, professores, historiadores, investigadores e escritores para iluminarem culturalmente uma viagem, em Portugal ou no estrangeiro.

Joaquim Pinto Lopes era Cidadão Honorário de Mezago, em Milão, Itália. Foi homenageado pelo Rotary Club de Paredes em 2018, recebeu a Medalha de Ouro da Câmara Municipal de Paredes em 2021 e a Medalha de Ouro de Mérito Turístico, em 2023, da Associação Portuguesa das Agências de Viagem. Entre outras agremiações, foi um benfeitor do Núcleo de Escuteiros de Cête, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cête, do Futebol Clube de Cête, do Hexágono – Associação dos Antigos Alunos e Amigos da Escola Secundária de Paredes, da Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel, ou da Escola Portuguesa de Moçambique-Centro de Ensino da Língua Portuguesa. Sobre a genealogia da sua Família, pode ler-se – António





Gomes de Sousa, *"Os Pinto Lopes"*, 2014; sobre a história da empresa, ver José Coelho Ferreira, *"J. Pinto Lopes & Filhos – ao serviço dos transportes, do século XIX ao século XXI"*, 2009; sobre a sua vida e aventuras de viajante pelas quatro partidas do mundo, veja-se Gonçalves

Cadilhe, José Luís Peixoto, Raquel Ochoa, *"Mais Mundo Houvesse. Vida e Viagens de Joaquim Pinto Lopes"*, 2023. Esta máxima de Confúcio aplica-se na perfeição a Joaquim Pinto Lopes: *"Não vos preocupeis por ninguém vos conhecer, cuidai antes de merecer serdes conhecido"*.

A.A.



ADRIANO MOREIRA DE CASTRO

1858 -1939

Adriano Moreira de Castro [09.12.1858 – 20.04.1939], filho de Joaquim Ribeiro Coelho e de Margarida de Sousa e Castro, natural do lugar de Sobradelo, Louredo, em Paredes, emigrou para o Brasil em 1872, com 14 anos de idade, em busca de melhores condições de vida e de realização pessoal e profissional. Radicou-se em Belém, no Estado do Pará. Trabalhou afincadamente em vários negócios conseguindo, com sorte e perseverança, amealhar uma fortuna considerável.

Regressa a Portugal e à sua terra natal, Louredo, em 1901, com o estatuto de abastado brasileiro torna-viagem, muito afeiçoado às ideias políticas republicanas, então em voga no Brasil e em Portugal.

Constrói uma sumptuosa moradia em 1909 [adquirida pela Câmara Municipal de Paredes em 2021 e após a reabilitação será destinada a fins culturais], a Casa da Castrália, em cujos interiores avultam madeiras exóticas, estando profusamente decorados com motivos da fauna e flora do Brasil, terra da sua segunda mulher, para além das salas específicas, como o Quarto do Bispo [D. António Augusto Castro Meireles, Bispo de Angra do Heroísmo e depois Bispo do Porto], a Sala da Geografia e da Biblioteca ou a Sala da Música.

Em 1912 preside à Comissão Municipal do Concelho de Paredes e exerce uma discreta, mas diligente benemerência por todo o concelho, auxiliando os concidadãos, a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia de Paredes e na edificação do Hospital.

Manda construir, equipar e ofereceu ao Estado a Escola Primária de Louredo, inaugurada em 6 de Outubro de 1918, ainda hoje um edifício imponente e com residência para o professor. Na fachada do edifício fez inscrever

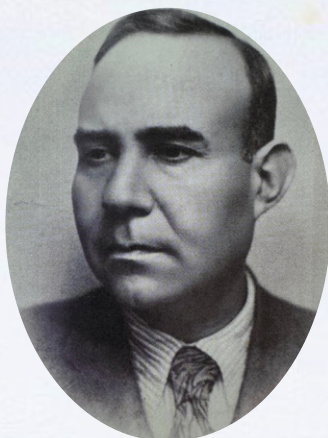
este grande desígnio filosófico e político, tipicamente iluminista, *"Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo"*, hoje lamentavelmente apagado. Criou bolsas escolares para financiar a escolaridade dos alunos mais necessitados e também prémios para distinguir os mais destacados. Em 1936 foi condecorado com a Ordem da Instrução Pública, no grau de Oficial. É uma figura importante na história da instrução pública, no concelho de Paredes. Os retratos a óleo dos benfeitores, Adriano Moreira de Castro e esposa, Gregória Pacheco de Castro, estiveram sempre na Escola e foram pintados por José de Brito, professor na Academia Portuense de Belas-Artes e que estudou em Paris com uma bolsa concedida pelo Rei D. Fernando II. Essas obras de arte foram restauradas e hoje encontram-se à guarda e em exposição na Junta de Freguesia de Louredo.

Ciente do valor informativo, educativo e cultural da imprensa, foi o mecenas principal do jornal a *"Behetria de Louredo"*, em 1921 e 1922, periódico onde também assinou alguns artigos.

Adriano Moreira de Castro está sepultado no Cemitério de Louredo, em cuja campa se encontra o seu busto em bronze. O seu nome está inscrito na toponímia local.

A.A





TOMÁS LOPES CARDOSO

1893 – 1965

Tomás Lopes Cardoso nasceu, a 30.6.1893, no lugar da Prelada, freguesia de São Cosme, concelho de Gondomar. Filho de Silvestre Gomes Cardoso, ourives, e de sua mulher, Rosa Ferreira Lopes, naturais da mesma freguesia. Era neto paterno de Vicente João Cardoso e de Maria Pereira Gomes e materno de Tomás Lopes Martins Ferreira, ourives, e de Maria Pereira Lopes.

Em 1911, com dezoito anos de idade, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo concluído a sua formação académica em 1916. Durante a sua permanência na cidade do Mondego integrou o *Orfeon Académico de Coimbra* (coro mais antigo de Portugal e um dos mais antigos da Europa, fundado em 1880), tendo exercido funções como secretário da respectiva direcção. Regressado à sua terra natal, casou, em 5.6.1920, na igreja paroquial de São Cosme, concelho de Gondomar (sendo celebrante D. António Barbosa Leão, primo direito da mãe da nubente), com Hermengarda Leão Ribeiro, que nasceu, em 22.7.1898, no lugar da Quintã, freguesia de São Cosme, concelho de Gondomar. Filha de Joaquim Augusto da Silva Ribeiro, médico-cirurgião, natural da freguesia de Castelões de Cepeda, concelho de Paredes, onde nasceu em 15.1.1848, e de sua mulher, Emília Cândida Barbosa Leão, nascida na Casa do Verdial, freguesia de S. Pedro de Cete, concelho de Paredes, em 10.10.1861. Era neta paterna de João Luís da Silva e de Albina Rosa Coelho da Silva, ambos naturais da freguesia de Castelões de Cepeda, concelho de Paredes, e materna de Luís Barbosa de Leão Coelho Ferraz (v), proprietário, senhor da Casa do Verdial, natural da freguesia de S. Pedro de Cete, concelho de Paredes, e de Carlota Cândida Teixeira, que nasceu na freguesia de S. Martinho de Milhundos, concelho de Penafiel.

Deste matrimónio nasceram cinco filhos: Maria Natalina Leão Ribeiro Lopes Cardoso (21.3.1921), Ernesto Leão Ribeiro Lopes Cardoso (4.6.1922), Maria Amélia Leão Ribeiro Lopes Cardoso (12.10.1923), Maria José Leão Ribeiro Lopes Cardoso (26.12.1924) e Carlos Augusto Leão Lopes Cardoso (2.9.1933) (v).

Na transição da década de 20 para a de 30 a família instalou-se em Cete, na Quinta do Rodo, propriedade

de Hermengarda por disposição testamentária de seus padrinhos de baptismo, Vitorino Leão Ramos (v) e sua mulher, Natalina de Mendonça Leão, onde o casal fez construir uma ampla moradia, segundo risco do próprio Tomás Lopes Cardoso, de estilo arquitectónico *"Português Suave"*. Muito interessado nas áreas da silvicultura, agricultura e floricultura, promoveu uma alteração profunda na gestão da propriedade, com o objectivo de melhorar a sua rentabilidade. Reordenou a mata, orientando novos plantios que passaram a constituir a moldura natural da Casa do Rodo, modernizou a lavoura e instalou estufas para cultivo de flores. Esta sua acção reformadora, com reconhecimento público, muito contribuiu para o conduzir à presidência do Sindicato Agrícola de Paredes, cargo que exerceu com dedicação e proficiência.

Mas a política era também uma opção e uma vocação. Dinâmico apoiante do "Estado Novo" – presidente da Comissão Concelhia de Paredes da União Nacional – foi, em 1932, nomeado presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Paredes, tendo tomado posse a 20 de dezembro. O seu mandato, que se prolongou por quase 4 anos, mais concretamente até 2.10.1936, foi marcado pela concretização de diversos projectos de interesse municipal e planificação de outros, na linha da acção política de comissões administrativas anteriores, procurando fomentar a dinamização da economia local e a melhoria da qualidade de vida das populações. As grandes opções da sua gestão autárquica incidiram em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento de Paredes: melhoria de algumas infraestruturas rodoviárias (nomeadamente a pavimentação da estrada de ligação entre Cristelo e Lordelo) e elaboração de projectos de construção de outras com o objectivo de otimizar a mobilidade entre as diversas freguesias do concelho; ampliação da rede de distribuição eléctrica, alimentando casas, empresas industriais e comerciais, bem como a iluminação pública, mormente em Baltar; construção de equipamentos sociais, com destaque para as escolas de Aguiar de Sousa, Beire e Recarei, reforçando a rede escolar concelhia, e projecto de outros,





como lavadouros e fontes para uso público, procurando atender a legítimas aspirações e necessidades das populações.

Também novas posturas e regulamentos municipais são estabelecidos, incidindo sobre áreas tão diversas como calendário e local de realização de feiras (Cete e Recarei), certificação de criação de gado, actividade de matadouros e açougues, sistema de pesos e medidas, descanso semanal dos trabalhadores dos diferentes sectores de actividade, limpeza de prédios e muros divisores das propriedades e impostos indirectos a cobrar aos munícipes a favor dos cofres concelhios.

Reconhecendo a inadequação do edifício onde funcionavam os serviços municipais, decidiu, em 1932, arrendar o palacete da Granja a D. Rosalina Mendes Portocarrero, filha e herdeira de Joaquim Bernardo Mendes, visconde de Paredes, para, nesse espaço, os instalar condignamente. No ano seguinte, a sede da câmara municipal foi também para aqui transferida, situação que se manterá até 1942.

Em abril de 1933 promoveu uma homenagem pública a oito beneméritos paredenses, reconhecendo o seu contributo para a comunidade local, entre os quais o Dr. José Correia Pacheco (v), autor da *Monografia de Paredes* sob o pseudónimo de José do Barreiro. E em 1934 fez aprovar, junto da Comissão Administrativa a que presidia, a concessão do título de cidadão honorário de Paredes ao Dr. António de Oliveira Salazar. Uma clara posição de apoio pessoal e político ao então presidente do Conselho de Ministros, dado que o mesmo nenhuma relação tinha com o concelho de Paredes.

Em 1934 foi condecorado pela República com a Ordem Militar de Cristo, grau de Oficial.

No ano seguinte fez aprovar os primeiros símbolos heráldicos de Paredes, como as armas, bandeira e selo municipais.

Numa época de limitada autonomia autárquica, quer sob o ponto de vista político, quer financeiro, Tomás Lopes Cardoso, cónscio desta circunstância, deslocou-se a Lisboa, em 1936, agendando reuniões em diferentes ministérios e demais repartições da administração central, procurando obter as necessárias participações financeiras para os muitos projectos públicos de desenvolvimento municipal que tinha em agenda, bem como o da ampliação do hospital da Misericórdia de Paredes. O seu esforço não foi, todavia, totalmente recompensado.

Entretanto, em 25 de Março do mesmo ano, tomou posse, no Ministério da Justiça, como director do Refúgio da Tutoria Central de Infância do Porto – sito na Quinta das Águas Férreas – cargo que exerceu por vários anos. Essa circunstância, bem como alguma fadiga do exercício de funções políticas – havia já abandonado a presidência da Comissão Concelhia de Paredes da União Nacional – levaram-no a apresentar, em Maio, a sua demissão da presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Paredes ao Governador Civil do Porto, a qual foi aceite. No entanto, permaneceu no cargo até 2 de Outubro, data em que foi nomeado o seu sucessor,

Alfredo Ribeiro da Silva.

Enquanto presidente da Tutoria fez parte, em 1940, da Comissão Organizadora do Congresso Nacional de Ciências da População (integrado no programa das comemorações nacionais de 1940, duplo centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade – 1140/1640), no qual apresentou uma comunicação intitulada *O Castigo Corporal Perante a Pedagogia e o Direito Portugêses*. Este estudo foi, posteriormente, publicado pela editora Educação Nacional, Porto, 1942.

Tomás Lopes Cardoso morreu, a 11.8.1965, na casa que entretanto passou a habitar, na rua do Pinheiro Manso, freguesia de Ramalde, concelho do Porto. Sua mulher, Hermengarda Leão Ribeiro Lopes Cardoso, faleceu dez anos depois, em 29.6.1975, na mesma morada. Estão ambos sepultados no cemitério paroquial de S. Pedro de Cete, em jazigo de família.

A sua memória está perpetuada na toponímia da mesma freguesia, em uma avenida com o seu nome que passa junto à Quinta do Rodo.

Foto publicada em *Presidentes da Câmara Municipal de Paredes 1837-2017*, (COSTA, Cristiano Marques da, coord.), Paredes, Município de Paredes, 2017, p. 134.

L.M.A.L.





ANTÓNIO BARBOSA LEÃO

1860-1929

António Barbosa Leão nasceu, a 17.10.1860, na Casa do Fundo, freguesia de S. Martinho de Parada de Todeia, concelho de Paredes. Filho de Manuel Barbosa, proprietário, senhor da Casa do Fundo, natural da mesma freguesia, e de sua mulher, Maria Barbosa Leão, nascida na Casa do Verdial, freguesia de S. Pedro de Cete, também no concelho de Paredes. Era neto paterno de Manuel Barbosa e de Custódia Maria Barbosa, proprietária, senhora da Casa do Fundo, os dois naturais de Parada de Todeia, e materno de António Lopes Coelho Ferraz, proprietário, senhor da Casa do Verdial, e de Maria Barbosa de Leão, ambos nascidos em Cete.

Poucos são os informes sobre a sua infância e adolescência, a não ser que viveu na Casa do Fundo, em contexto familiar.

Jovem ainda, estimulado por seus pais, rumou para o Porto onde iniciou formação prática e hierárquica para um futuro exercício profissional na área da ourivesaria e joalheria. Mas, entretanto, despertou-lhe a consciência para a vocação sacerdotal, o que comunicou a seu pai. Este, inicialmente algo relutante em aceitar esta opção de seu filho acabou por ceder, muito tal se devendo à intervenção dos tios maternos do jovem candidato à vida eclesiástica, Luís Barbosa de Leão Coelho Ferraz (v), Agostinho Lopes Coelho Ferraz (v) e José Lopes Coelho Ferraz, estes dois últimos presbíteros.

Feita a opção, António Barbosa Leão iniciou a sua formação no Colégio de Nossa Senhora do Carmo, em Penafiel, prosseguindo os estudos eclesiásticos no Seminário Diocesano de Nossa Senhora da Conceição, onde foi por diversas vezes agraciado com prémios pelo seu elevado desempenho escolar e dotes de oratória, nomeadamente o instituído pelo cardeal-bispo do Porto D. Américo Ferreira dos Santos Silva. Foi este prelado que o ordenou sacerdote, em 1.8.1886. Celebrou a sua primeira missa na igreja de S. Martinho de Parada de Todeia, no dia 8 de Agosto.

Nos anos que se seguiram foi professor no Colégio da Formiga, Ermesinde (1886/1887), e, posteriormente, no Seminário Diocesano de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos, Vila Nova de Gaia (1887 a 1890), onde também exerceu as funções de Prefeito. Já por esta altura se

dedicava à pregação, marcando presença de destaque em diversas celebrações e solenidades litúrgicas. Era a afirmação de uma vocação de evangelização com espírito missionário que foi colhendo reconhecimento público e da qual nunca se apartou ao longo da vida.

Em 1890, tendo vagado a paróquia de São Tiago de Lustosa, concelho de Lousada, apresentou a sua candidatura e, após provas de concurso, nela foi confirmado como pároco por D. Américo. Tomou posse a 26 de Agosto do mesmo ano.

Em Lustosa, empreendeu uma administração cuidada, promovendo o restauro da igreja e da residência paroquial e a reforma do cemitério. Para tal, contribuiu com capitais próprios e abriu uma subscrição voluntária entre os paroquianos, que corresponderam. Estabeleceu também o Apostolado da Oração, como forma de estimular a formação catequética dos fiéis. Em paralelo, assumiu a direcção espiritual do Colégio da Visitação, em Vila das Aves, Santo Tirso.

Mas Barbosa Leão nunca se desvinculou do ministério da palavra e continuou a marcar a sua presença como sermonista de relevo muito para além do território de Lustosa. Ainda como abade desta paróquia, acompanhou D. António Barroso, então bispo do Porto, nas visitas pastorais que este realizou aos concelhos de Paredes, Penafiel, Lousada e Felgueiras. O convívio entre ambos conduziu ao estabelecimento de uma franca e fraterna amizade que haveria de marcar o seu percurso eclesiástico.

Em finais de 1904 resignou à paróquia de Lustosa, confiando-a a um coadjutor, para se dedicar por inteiro à pregação, proferindo palestras e participando em conferências e congressos católicos.

É neste contexto de prática sacerdotal que é chamado a exercer novas responsabilidades no seio da Igreja Católica: em Fevereiro de 1906 é apresentado pela Coroa como bispo de Angola e Congo, o que foi confirmado por letras apostólicas de Maio (PioX), e em Agosto recebe a ordenação episcopal na Sé Catedral do Porto, sendo sagrante o bispo D. António Barroso. Toma posse do governo da diocese, por procuração, em Outubro, e em Novembro faz a sua entrada solene na catedral de





Luanda, sucedendo a D. António José Gomes Cardoso.

No escasso período de episcopado nesta diocese ultramarina, desenvolveu actividade assinalável: assumiu como prioridade a resolução de um conflito que há muito opunha a Mitra de Angola e a Congregação para a Propaganda da Fé (responsável pelas missões católicas) relativamente ao exercício da jurisdição eclesiástica no território, daí resultando que a autoridade do bispo só era efectiva em metade da província, estando o restante território sob a alçada das prefeituras apostólicas. Barbosa Leão determinou-se a resolver a questão, o que conseguiu apresentando uma proposta de «modus vivendi» que mereceu o acordo dos perfeitos apostólicos responsáveis pelas missões presentes na diocese e foi aceite pelo governo português e pela Santa Sé. Ficou, assim, restabelecida a autoridade episcopal em todo o território da diocese, com subordinação de todas as missões à jurisdição do bispo titular.

No exercício das suas funções fez visitas pastorais a diversas missões, nomeadamente no enclave de Cabinda, no Zaire, Malanje e no interior de Luanda, inteirando-se da sua organização e funcionamento. Percorreu, também, inúmeras paróquias, visitando igrejas e escolas em várias regiões da província.

Transferiu o seminário diocesano de Huíla para Luanda e reformou o seu plano de estudos, transformando-o em seminário-liceu, abrindo a sua frequência a jovens leigos que pretendessem preparar-se academicamente para a vida activa. As novas instalações foram inauguradas pelo Príncipe Real D. Luís Filipe no decurso da viagem que realizou às colónias de África, em 1907.

Ainda na área educativa, estimulou a criação do *Curso de Intérpretes Eduardo Costa*, com aulas regulares de línguas nativas para formação de técnicos da administração colonial, mas que aproveitou também para a educação catequética, e abriu duas escolas, uma para cada sexo, na nova paróquia do Carmo, em Luanda, que entretanto criara.

Em Novembro de 1907 foi apresentado pela Coroa como bispo do Algarve, o que foi confirmado por consistório no mês seguinte (PioX). Terminou a sua jurisdição em inícios de Fevereiro de 1908, retornando à metrópole. Tomou posse, por procuração, da nova diocese, em 19.3.1908, e fez a sua entrada solene na Sé de Faro a 3 de Abril, sucedendo a D. António Mendes Belo, entretanto designado patriarca de Lisboa.

Em Julho desse ano iniciou a visita pastoral às paróquias, inteirando-se do seu funcionamento e estabelecendo um relacionamento de proximidade com as diferentes comunidades. Posteriormente, em Dezembro, enviou aos párocos um extenso questionário sobre a história, organização e obras pias das respectivas paróquias, do que resultou um vasto conjunto de informações sobre a realidade da diocese do Algarve.

Sempre atento às questões de educação e formação religiosa, publicou, em 1909, uma pastoral sobre catequese e ensino religioso para adultos, determinando várias reformas. No mesmo ano, iniciou ciclos de conferências, por si presididos, sobre temas que entendia relevantes para a formação do clero.

Em Janeiro de 1910 fundou o quinzenário *Boletim do Algarve*, órgão oficial da diocese, com o objectivo de agregar e informar todos os diocesanos. Anos mais tarde, em 1914, apoiou o aparecimento do semanário *Folha de Domingo*, iniciativa do cônego Marcelino Franco. Em ambos colaborou, publicando textos de índole pastoral. Com a proclamação da República, em 5.10.1910, a implementação de políticas anticlericais gerou tensões profundas entre o Estado e a Igreja Católica. Logo em 24.12.1910 é publicada a pastoral colectiva dos bispos portugueses, opondo-se ao laicismo radical do novo regime e defendendo os direitos da Igreja e a liberdade religiosa. O conflito continuou a agudizar-se, culminando na Lei da Separação do Estado das Igrejas, publicada em 20.4.1911. Em todo este processo Barbosa Leão foi uma voz que se ergueu na defesa dos interesses da Igreja, protestando em diversos momentos contra a contundente legislação republicana e denunciando perseguições ao clero e instituições religiosas e abusos perpetrados pelos executores da nova legislação na diocese do Algarve, como o confisco e nacionalização de bens móveis e imóveis. Esta atitude valeu-lhe o desterro da diocese por dois anos, pena decretada pelo ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa, em 6.1.1912. Retirado na sua terranatal, Parada de Todeia, nunca se desligou das suas responsabilidades pastorais, mantendo contacto assíduo com o governador da diocese e orientando a sua acção. É neste período que faz construir a capela de Santo António, adossada à fachada da Casa do Fundo.

No seu regresso a Faro, em 11.1.1914, foi efusivamente recebido por uma multidão de fiéis.

Os anos que se seguiram não foram, todavia, fáceis: face à expropriação do paço episcopal e do edifício do seminário diocesano, foi obrigado a arrendar uma casa onde passou a habitar e que compartilhou com os seminaristas e seus professores. Daqui passou a dirigir os destinos da diocese. Fomentou a catequese, acarinhou obras de caridade, como as Conferências Vicentinas, e estimulou irmandades e confrarias nas suas práticas de solidariedade social. Em 1916 promoveu o um congresso dedicado às obras católicas no Algarve.

Numa outra vertente de actuação, empenhou-se na fundação, em 1917, do Centro Católico Português, com forte ligação ao Centro Académico de Democracia Cristã, que congregava leigos e eclesiásticos e visava uma influência católica organizada na sociedade portuguesa. Em sua defesa escreveu um opúsculo, em 1918, com grande impacto na opinião pública pelo desassombro do pensamento exposto.

Por morte de D. António Barroso, bispo do Porto, foi, em 16.7.1919, nomeado seu sucessor, por bula do papa Bento XV. Tomou posse do bispado, por procuração, em 28.8.1919 e fez a sua entrada solene na Sé do Porto no dia 8 do mês seguinte.

No exercício de funções, reformou o funcionamento de diversas repartições da cúria episcopal, introduziu um novo regulamento do registo paroquial e promoveu uma reorganização das cóngruas paroquiais, assegurando aos sacerdotes meios de sustento dignos.

Por provisão de 1920 estabeleceu normas precisas sobre





os hábitos eclesiásticos em actos religiosos e fora deles, com o objectivo de garantir uma apresentação pública digna e sóbria dos membros do clero. No mesmo ano fez publicar diversas normas, com o propósito de reconduzir a música sacra à sua pureza primitiva, no espírito do já preconizado pelo papa Bento XV.

No tocante à educação, e ainda em 1920, introduziu um novo catecismo para as crianças da diocese e expediu uma pastoral dedicada à organização e financiamento do ensino religioso.

Em 1921 fundou o semanário *A Voz do Pastor*, jornal oficial da diocese cujo título perduraria por 48 anos, passando a chamar-se *Voz Portucalense*, por iniciativa do seu sucessor D. António Ferreira Gomes.

A formação para o sacerdócio também não foi descurada. Após a implantação da República o Seminário Diocesano dos Carvalhos foi extinto e o seu edifício expropriado e urgia fundar um outro em sua substituição. Barbosa Leão tomou o assunto em suas mãos e, em 1922, adquiriu à Ordem da Visitação de Santa Maria (das irmãs salesianas) a Quinta que esta possuía na rua do Vilar, freguesia de Massarelos. Após as necessárias obras nela instalou o novo seminário que foi inaugurado em Novembro de 1922. Para concretizar a aquisição e remodelação do edifício abriu o prelado uma subscrição pública entre o clero e fiéis da diocese.

A sua acção também se fez sentir na residência episcopal. Após a revolução de 5 de Outubro o Estado expulsou o bispo D. António Barroso do paço e ocupou o edifício, nele instalando os seus serviços. A diocese recorreu então ao arrendamento de um palacete na Quinta de Sacais,

na freguesia do Bonfim, onde o bispo passou a residir. Manifestamente inadequado para tal propósito, a diocese entendeu proceder à compra do palácio Monfalim, mais conhecido como “Torre da Marca”, escassos dois meses antes da tomada de posse de Barbosa Leão, para servir como residência do bispo e albergar a sede da cúria. Foi ele que promoveu as necessárias obras de recuperação e adaptação do edifício, após o que nele passou a habitar.

No plano administrativo, iniciou uma reestruturação paroquial na cidade do Porto, criando a paróquia da Senhora da Conceição (1927) e preparando a erecção canónica da do Santíssimo Sacramento.

D. António Barbosa Leão morreu, em 21.6.1929, com 69 anos de idade. Após as solenes exéquias fúnebres, na catedral do Porto, o seu corpo foi trasladado para Parada de Todeia, sendo sepultado no cemitério paroquial em jazigo de família.

Ao longo da sua vida, como sacerdote e bispo, empenhou-se na formação do clero, na promoção do laicado e na evangelização, como forma de promoção humana. Para além dos documentos pastorais deixou numerosos escritos, publicados em jornais e revistas, expondo o seu pensamento sempre em prol da liberdade religiosa e dos direitos da Igreja.

A sua memória está perpetuada na toponímia de Paredes, freguesia de Parada de Todeia. Na mesma freguesia há uma lápide em sua homenagem, colocada na fachada Norte da igreja paroquial, e um busto em bronze, assente em base de granito, localizado no arraial. E na de Lustosa, concelho de Lousada, um monumento em granito com placa em bronze também o recorda.

Foto da Colecção do autor

L.M.A.L.



JOÃO RODRIGUES DE AZEVEDO (C. 1334-1387)

João Rodrigues de Azevedo foi senhor de juro e herdade de Aguiar de Sousa, por mercê de D. João I de 16.4.1385, “com todas suas rendas e djreitos e foros e com toda sua juridiçam mero e mjsto jmerio reservando pera nos a correijam e alçadas”. Foi ainda senhor das honras e quintãs de Vila Maior (Feira) e da Roda (Vila Boa da Roda, antigo concelho que hoje corresponde à freguesia de Guilhofrei no concelho de Vieira do Minho), e dos direitos reais de Roças (Sever do Vouga). Era padroeiro do mosteiro de Grijó, em cuja lista das “comedorias” de 1365 aparece como infanção, junto com seus irmãos Diogo e Maria, então todos menores, bem assim como do de Vilar de Porcos. Nasceu cerca de 1334 e faleceu em 1387. A 3.7.1387, D. João I doou o senhorio de Aguiar de Sousa a Pedro Lourenço de Távora, como “*tragia Joha Roiz d azevedo que se ora moreo*”. Era filho de Rui Gomes de Azevedo, cavaleiro, senhor da dita honra e quintã de Vila Maior, padroeiro de Vilar de Porcos (1329), refém pelo

tratado de Escalona (1328), etc, e de sua mulher Guiomar Peres de Vila Maior, senhora da dita honra e quinta de Vila Maior. Não casou, mas teve uma filha de Catarina Rodrigues Toscano, que depois foi freira em Santos, filha de Rui Martins Toscano, alcaide-mor de Portel. Essa filha, Violante Rodrigues de Azevedo, foi legitimada por carta real de 12.2.1395, sendo aí referida como “violante Roiz d azevedo filha de Joham Roiz de azevedo scud.o e de catelina Roiz molher solteira”. Sucedeu como senhora das honras e quintãs de Vila Maior e da Roda, e por ficar órfã menor teve por tutor seu primo Gonçalo Mendes de Vasconcellos, por não haver então parente mais próximo vivo. Mas não sucedeu no senhorio de Aguiar de Sousa, como impedia a Lei Mental. Casou com Álvaro Gonçalves Aranha, senhor da quintã do Paço, em Oliveira de Azeméis (prazo do mosteiro de Arouca de 27.8.1448), com geração.

M.A.S.

Continua...

